

RACISMO E NEGAÇÃO DO CORPO NEGRO: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E O AMBIENTE ESCOLAR

Gabriela Cristina Barboza¹
Rosaine M. Barros Pasquantonio²
Nádia Perez Pino³

RESUMO: O artigo objetiva ter um olhar mais profundo com relação às discriminações e preconceitos que ocorrem no interior das escolas, o que significa obter mais entendimento sobre o fenômeno das violências e suas relações com o racismo, com foco na violência simbólica. Algumas ocorrências, consideradas corriqueiras, devem ser verificadas com mais cuidado, visto que o acúmulo destes fatos e acontecimentos contribui para que haja um sentimento de insegurança e desrespeito para com alunos(as) negros(as) no interior da escola. O racismo na escola, que se manifesta de diversas formas, afeta a constituição da identidade do aluno(a) negro(a) como algo violento. Como metodologia, utilizamos referenciais teóricos que nos auxiliam a entender a problemática a respeito do racismo e da violência. Ao escrevermos este texto nos inquietou tais reflexões sobre a importância da integração dos(as) alunos(as) negra(os) no ambiente escolar, priorizando debates que evidenciem que a sua invisibilidade ainda perdura de forma pouco discutida e problematizada no âmbito escolar. Não dá mais para ficar apenas no desejo de enfrentar a igualdade e o acolhimento das diferenças, a escola precisa tornar este enunciado em práticas reais.

Palavras-chave: violência simbólica; racismo; escola.

RACISM AND RENUNCIATION OF THE BLACK BODY: SYMBOLIC VIOLENCE AND THE SCHOOL ENVIRONMENT

ABSTRACT: The article aims to have a deeper look with regard to discrimination and prejudices that occur inside of schools, which means additional understanding of the phenomenon of violence and its relations with racism, with a focus on violence symbolic. Some instances, considered commonplace, should be checked more carefully, because the accumulation of these facts and events contributes to a feeling of insecurity and disrespect towards students (the) black people inside the school. Racism at school, which manifests itself in various forms, affects the formation of the identity of the student (a) (a) as something violent. As a methodology, we use theoretical references that help us understand the problems regarding racism and violence. To write this text greatly alarmed us such reflections on the importance of the integration of the students (the) in the school environment, prioritizing discussions showing that your invisibility cloak still lingers so

¹ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos UFSCar. Iniciação Científica (CNPq/UFSCar). E-mail: gabriela_barbozaet@outlook.com

² Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela UFSCar. Iniciação Científica (CNPq/UFSCar). E-mail: rosaine.m@live.com

³ Doutoranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFSCar. Mestre em Educação pelo PPGE/UFSCar; e graduada em Ciências Sociais pela Unesp/Araraquara.

little discussed and studying problems in the school context. You can't be just a desire to confront the equality and the acceptance of differences, the school needs to make this statement in actual practice.

Keywords: symbolic violence; racism; school.

Introdução

Este artigo busca ter um olhar mais profundo com relação às discriminações e preconceitos que ocorrem no interior das escolas, o que significa obter mais entendimento sobre o fenômeno das violências e suas relações com o racismo, com foco na violência simbólica. Algumas ocorrências, consideradas corriqueiras, devem ser verificadas com mais cuidado, visto que o acúmulo destes fatos e acontecimentos contribui para que haja um sentimento de insegurança e desrespeito para com alunos(as) negros(as) no interior da escola.

Acreditamos que alunos(as) negros(as), foco deste artigo, encontram-se invisíveis ou fazem parte de um grupo por vezes excluído no convívio escolar. Segundo Goffman (1988), o conceito de invisibilidade social é aquele que indica pessoas ou grupos que, por preconceito ou indiferença são desconsiderados pela sociedade ou, encontram-se fora das convenções e dos preceitos dominantes. No caso da educação, essa invisibilidade tem uma ação duplamente perversa, visto que além da escola não cumprir sua função socializadora que é de dar visibilidade a essas estudantes, potencializá-las, assegurar-lhes condições de cidadania, ainda às prejudica quando permite (ou não debate) a discriminação e preconceito.

De maneira geral, a violência se manifesta como uma afirmação de poder sobre o outro e a conquista desse poder é o que gera as diversas atitudes violentas. Encontramos as formas de violências em práticas cotidianas que acontecem, geralmente, devido às discriminações, preconceitos, crises de autoridade ou, no caso da escola, por conta da grande dificuldade de gestores e/ou docentes proporcionarem um convívio escolar justo e democrático.

A escola entende as diferenças? Em seu livro “O racismo silencioso na escola pública”, Silva (2009) nos apresenta uma situação de incoerência em que educadores dizem não perceber o racismo na instituição em que trabalham, enquanto alunos falam que não só o percebe, mas também sofrem com o preconceito. A autora apresenta o mito da democracia racial, a ideia de cordialidade do racismo e o quanto ambos trazem uma névoa que mantém a invisibilidade do problema, contudo segundo Silva (2009), as diferenças não podem ser somente divulgadas e ensinadas, elas precisam ser defendidas (SILVA, 2009).

Ainda é comum nos depararmos com discursos em relação ao racismo que se aliam ao mito da democracia racial. Existem algumas falas que anulam a existência dessa violência, e o grupo que as defendem costumam acreditar na falsa ideia de igualdade, o que apenas faz com que a manutenção da invisibilidade do problema siga em andamento (SILVA, 2009).

Em oposição à ideia de que a escola absorve a falsa crença de superioridade europeia e reforça o racismo, distanciando os alunos do senso crítico (MALACHIAS, 2009), podemos ver que existem transformações evidentes ocorrendo no âmbito escolar, em que alunos negros denunciam casos de racismo que se apresentam em forma de insultos, seja pela cor de sua pele ou por sua textura capilar.

Em uma palestra chamada “o perigo de uma única história”, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie nos conta através de suas vivências sobre os estereótipos que cercam o negro, sua ocupação profissional e religião. Em um determinado momento da

palestra, ela nos conta que aos 19 anos foi estudar nos Estados Unidos e sua colega de quarto, ao saber que Chimamanda havia nascido na Nigéria perguntou se a escritora poderia mostrar uma “música tribal” e demonstrou desapontamento com a resposta dada, que contrariava o estereótipo que foi criado em relação à origem da escritora. Para além, sua colega de quarto pressupôs que Chimamanda não saberia como usar o fogão e sentia pena da mesma, porém esse sentimento de dó não estava presente só porque a mulher criou uma imagem da escritora, mas sim porque ela apenas conhecia uma única história sobre África.

Esse é o problema de ouvir uma única história, nós temos tendência de reproduzir vários estereótipos e mantê-los como verdade, não refletindo sobre a realidade e sobre outras versões das histórias que nos foram contadas e é a partir daqui que tentaremos analisar historicamente o problema proposto: o racismo.

Das consequências da escravatura, não temos dúvidas de que pior que a pobreza, a miséria, o analfabetismo, a marginalização e a doença são a perda da auto visão de valor. (AZEVEDO, 1987, p. 48-49).

Em 1888 a escravidão passou a ser tida como ilegal no Brasil, porém a lei Áurea além de ser um ato inteiramente judiciário também não levava em conta a constante determinação de africanos e seus descendentes que sempre se opuseram ao trabalho escravo. Os escravos, na época, recém-libertos foram jogados por senhores de engenho para as áreas rurais e cidades sem o mínimo de condições materiais básicas para sua sobrevivência – como moradia, alimentação, auxílio médico ou emprego – e que sem muita escolha precisaram renunciar a antes dada liberdade, voltando assim ao trabalho anterior, com os senhores nas mesmas condições anteriores.

Enquanto isso, acontece nas ruas o processo de marginalização dos negros em liberdade, conforme a nova constituída sociedade industrial em constante crescimento. Considerando que o fenótipo dessa etnia não era considerado como atrativo ou higiênico o suficiente para trabalhar nas indústrias, os brancos ocupavam os cargos em tais espaços por serem vistos como étnica e culturalmente superiores (NASCIMENTO, 2002).

O contexto escolar como local de violências

O ambiente escolar é o espaço das diferenças (ARAÚJO; RUSSO, 2009) e é a partir dessa ideia que temos a escola como um espaço de múltiplas aprendizagens, sejam elas positivas ou negativas. Pensaremos o racismo como uma representação negativa e o “assumir a identidade negra” no processo educativo como positiva. A escola é o ambiente onde diariamente vivências são alcançadas por alunos e é a partir dessa ideia que teremos os conflitos que se enraízam no racismo como uma destas experiências.

Existem diferentes e diversas formas e modelos de educação e a escola não é o único lugar em que ela acontece e nem o professor e a professora são os únicos responsáveis pela sua prática. Apesar de considerarmos essa dimensão mais ampla e mais geral do processo educativo, este artigo privilegiará a educação que acontece no interior da instituição escolar, assim, ela é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade (GOMES, 2002 p. 39).

Tendo em vista que seres humanos integram grupos sociais e fazem interações por

meio deles (TURNER, 1999), conseguimos imaginar a escola como um espaço em que ocorrem interações sociais e que em seu interior se dão conflitos que estão inteiramente ligados à concepção da sociedade.

A eliminação do racismo é uma responsabilidade também da escola e deve ser incluída em seus objetivos “[...] a omissão em relação ao problema, por sua vez, é outra forma silenciosa de manifestar o racismo, forçando sua invisibilidade” (SILVA, 2009 p. 70).

Quando verificarmos a função social da escola, no processo de aprendizagem do aluno, sabemos que bem cedo ele aprende com a sociedade a diferença do que é bom, e do que não é, por isso não podemos nos espantar quando o discente reproduz o preconceito e o racismo sem refletir sobre o assunto. É como se de fato, existisse uma norma que colocasse um determinado grupo como louvável – etnicamente higiênico, como acreditavam os senhores de engenho – e outro grupo como condenável.

No que concerne ao Estado, ele apenas se ocupa com as questões oficiais esquecendo-se de investir em práticas do cotidiano escolar (SILVA, 2009). Ainda na mesma ideia a autora de “O racismo silencioso na escola pública” comenta sobre como os conteúdos relacionados ao racismo, abordados nas escolas, ficam extremamente no emocional. Mas, não discute o que estes alunos(as) negros(as) vivenciam e sofrem em seus processos educativos, assim como fora deles (SILVA, 2009). Desta forma, tratar o racismo em ambiente escolar teria uma carga emocional sim, mas com um mediador de discursos que possuísse a mesma sensibilidade para com o(a) aluno(a) negro(a).

A escola precisa superar o seu discurso de igualdade e de acolhimento das diferenças, e torná-los reais. Assim como, também, deve rever o discurso meritocrático ao qual ela sujeita o(a) aluno(a) negro(a), usando a ascensão social de forma isolada e querendo o encaixar todos os alunos no mesmo perfil, sem antes analisar as condições econômicas, culturais, raciais e de gênero dos sujeitos que fazem sua formação nesta instituição (SILVA, 2009).

Para os(as) alunos(as) negros(as) a escola deixa de ser um espaço em que os estudantes podem desenvolver seus potenciais cognitivos e sociais, a experiência escolar por vezes significa experimentar a exclusão, uma destrutiva violência para crianças e adolescentes.

Silva e Salles (2010) destacam que

A violência não pode ser reduzida ao plano físico, podendo se manifestar também por signos, preconceitos, metáforas, desenhos, isto é, por qualquer coisa que possa ser interpretada como aviso de ameaça, o que ficou conhecido como violência simbólica (SILVA e SALLES, 2010, p. 218).

Segundo Velho (2000), a violência é muito mais agravante quando dá origem ao desrespeito, a negação do outro, a violação dos direitos humanos, sendo que seus efeitos são ainda mais nocivos quando está integrada à miséria, à exclusão, à corrupção, ao desemprego, à concentração de renda, ao autoritarismo e às desigualdades tão atuais na sociedade brasileira.

Neste sentido, nem sempre a violência acontece como um ato ou como uma relação identificável, muitas vezes, ela é naturalizada. É importante destacar que as violências escolares incorporam tanto a violência explícita – agressão entre sujeitos, quanto à violência simbólica que se manifesta por meio de regras, hábitos culturais e normas de uma sociedade que já é essencialmente desigual (ODALIA, 2004).

Este poder simbólico é caracterizado por um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber ou não percebem que lhe estão sujeitos. Conforme a definição de Bourdieu (2010), o poder simbólico é um poder que constrói a realidade, e é neste viés que a questão da violência simbólica pode ser tratada dentro do ambiente educacional.

Assim, o conceito de violência está inserido em um contexto muito além de atos violentos físicos ou verbais, ele é percebido na violência simbólica que é sofrida tanto pelos discentes quanto pelos docentes na escola, de forma invisível. O poder simbólico é um poder que constrói a realidade de forma silenciosa, por isso, busca-se refletir sobre ações de profissionais da educação. Manter-se em silêncio, sem corresponsabilidade com o que está acontecendo no ambiente escolar, torna-se uma forma de violência, muito cruel.

Considera-se a violência simbólica como um dispositivo de abuso de poder e, por meio de uma prática disciplinar educadores podem causar danos sociais irreparáveis. Mesmo quando se atribui uma justificativa “racional”, quando a escola penitencia qualquer aluno, também impõem estigmas e exclui de forma efetiva ou simbolicamente.

Por vezes, educadores recém-graduados acreditam que a escola possui apenas ambientes de bons “aprendizados”, e que em seus espaços não se reproduz as violências. Na verdade, existe uma dualidade no ambiente escolar devido às diversas situações que são vivenciadas em seus ambientes, se de um lado temos professores que parecem não reconhecer o racismo – que se utilizam da violência simbólica para negá-lo –, de outro existem docentes que ensinam seus alunos e os ajudam a aguçar a sua sensibilidade para as diferenças. Tal situação depende da formação a qual o profissional da educação tenha passado – seja inicial ou continuada –, assim como suas vivências pessoais, sociais e culturais, as quais refletem a forma como o mesmo se portará diante de seus alunos em sala de aula.

Racismo e a comunidade escolar

Uma simples pesquisa em *sites* de busca da internet pode trazer muitas respostas para quem procura casos de racismo em escolas. Por exemplo, uma notícia da internet: *Menina sofre racismo em escola do AC e não quer mais ir à aula, diz tia*⁴. Este caso foi noticiado em novembro de 2015, em que uma criança de dez anos recebeu insultos racistas na escola onde estudava. Após o caso se repetir várias vezes, a aluna contou à sua tia que outros alunos a chamavam de ‘preta imunda e suja’ e não sentia mais vontade de ir à aula. O acontecido chegou até o diretor da escola, que quando indagado pela reportagem se defendeu dizendo ter tomado as providências que o caso requeria, porém a tia e a estudante dizem que ele deu pouca atenção para o ocorrido.

O caso acima nos traz alguns atores deste cenário racista que foi historicamente construído. Para começar, a injúria ‘preta imunda e suja’, que está diretamente ligada à relação do negro como algo sujo, não digno e não humano. Condição que se conecta com a época após a libertação de escravos – que aconteceu pela emergência do capitalismo e da industrialização – os negros foram deixados de lado pelos senhores de engenho e que sem condições básicas para sua sobrevivência, ficaram submetidos a uma vida à margem da sociedade, sem emprego e na fome (NASCIMENTO, 2002). O que nos faz repensar que a escola não é um espaço que tem segurança, a ponto de sua sobrinha sofrer violências simbólicas vindos de outros alunos.

⁴ <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/11/menina-sofre-racismo-em-escola-do-ac-e-nao-quer-mais-ir-aula-diz-tia.html>

Em outra situação, segundo Lima (2005), ao analisar pesquisas sobre ilustrações de livros infantis, observou as problemáticas acerca de como o negro é representado em tais imagens e chegou à conclusão de que os exemplares continham conteúdo racista, pois perpetuavam o estereótipo de passividade do negro, assim como a animalização do mesmo (LIMA, 2005).

Lima (2005), ainda declara que é comum a criança negra receber apelido como de “macaco”, provocação esta que já iniciou inúmeros processos de brigas que, repetidas vezes acabam por excluir os negros do ambiente escolar ou marginalizá-los, de uma forma geral.

Outro ponto de reflexão é sobre o viés da reprodução, em que os alunos reproduzem o racismo que lhes foi instituído, sem que tais ideias passem pelo crivo da razão como mostra o trecho a seguir escrito por Cavalleiro (2014), que critica a forma preconceituosa com que discentes lidam com a diferença, causada pela estrutura racista:

[...] Assim, vivendo numa sociedade com uma democracia racial de fachada, destituída de qualquer preocupação com a convivência multi-étnica, as crianças aprendem as diferenças étnicas, no espaço escolar, de forma bastante preconceituosa. (CAVALLEIRO, 2014 p.119).

Insultos de cunho racista que tem sua origem na desumanização do ser negro podem ser vistos até mesmo no significado das palavras, em dicionários, ou em ditados populares ou em piadas racistas. O que nos faz desmerecer um grupo étnico-racial com piadas ou pensamentos que são mantidos por séculos? A resposta para a pergunta está nas relações intersubjetivas que se dá entre o branco e o negro, quando este último é tido como um sujeito social ligado à criminalidade, sujeira, pobreza e preguiça (GOMES, 2006).

Em março de 2016, outra reportagem na internet, com o título de *Professor é preso acusado de racismo em escola do litoral de São Paulo*⁵, vemos um professor da rede municipal do litoral de São Paulo ser preso após cometer o crime de injúria racial contra um aluno negro. O garoto demorou a contar para os seus pais, que perceberam que algo estava errado porque a criança estava muito quieta e se irritava facilmente. Tal silêncio pode ser explicado segundo Cavalleiro (2000) como “o silêncio da criança diante dos outros demonstra a sua fragilidade diante de situação tão humilhante, imposta pelo amigo” (CAVALLEIRO, 2014).

É claro que neste caso, quem impôs a violência foi o professor, o que tornou a situação mais constrangedora para o aluno, levando em conta a hierarquia dentro da sala de aula e o professor como autoridade, o que nos transmite a ideia de que um docente que coage seus alunos de forma a subordiná-los (AQUINO, 1996).

Uma resposta controversa ao preconceito e ao racismo é o silêncio, que não deixa de ser um dos elementos que professores e gestores reproduzem a partir de sua visão de mundo. Desta forma segundo Gonçalves (1985), o racismo é ampliado no ambiente educacional com o argumento de que o caráter do sujeito – racista – mudará, passando a ver a diferença como comum, sem espanto ou repulsa.

Alunos sem vontade de ir à escola e com a baixa autoestima que sentem seu corpo, sua identidade não serem valorizados para a comunidade escolar. São esses os perfis de estudantes que temos em salas de aula com o problema do racismo que pode ser entendido como violência da escola.

Segundo Charlot (2002), a violência da escola é aquela que a própria exerce quando

⁵ <https://noticias.r7.com/fala-brasil/videos/professor-e-preso-acusado-de-racismo-em-escola-do-litoral-de-sao-paulo-09032016>

impõem seus valores aos alunos. Quando tratamos o racismo como uma violência simbólica entendemos que a escola está exercendo sob alunos(as) negros(as) uma ação violenta que deve ser urgentemente ser revertida.

O corpo negro e sua desvalorização

A doutrina denominada maniqueísmo, nascia no século III, foi uma corrente de pensamentos que consistia em colocar sinteticamente duas concepções antagônicas, como o bem e o mal, o bom e o ruim (MALACHIAS, 2009). Ainda regidos pelo maniqueísmo, os sujeitos sociais classificam coisas e pessoas, os colocando em extremos de qualidade ou importância. Um bom exemplo seria pensarmos o motivo que faz um aluno insultar outro, inferindo que o corpo deste “outro” e seu fenótipo são inferiores.

Para entender melhor o maniqueísmo e suas formas de manutenção do racismo, podemos refletir sobre o significado do que é feio e do que é bonito – palavras antagônicas que expressam um sentimento ruim e a outra um bom.

Um exemplo, a ser usado é a questão do cabelo ou da cor da pele. O cabelo do branco foi classificado como “bom” devido a sua imagem ser relacionada historicamente com coisas positivas, logo seu cabelo é bom, sua índole é boa e sua aparência também. E o negro? Ele atua como coadjuvante de sua própria história, que foi apagada brutalmente por brancos europeus.

Nascimento (2002) coloca em seu livro “O quilombismo”, uma frase de seu amigo Sebastião Rodrigues:

A primeira medida do escravagista, direta ou indiretamente, era produzir o esquecimento do negro, especialmente de seus lares, de sua terra, de seus deuses, de sua cultura, para transformá-lo em vil objeto de exploração (<https://baobavoador.noblogs.org/files/2016/01/O-QUILOMBISMO-Abdias-Do-Nascimento.pdf>).

Pois bem, de um lado temos um grupo que sempre foi representado com dizeres positivos e de outro temos aqueles que com constantes e incansáveis lutas se opôs ao trabalho forçado e a escravidão, porém não ganhou na história o papel devidamente valorizado.

Crianças brasileiras negras convivem na maior parte do tempo com o distanciamento da sua cultura, principalmente nos meios de comunicação, quando não se sentem representadas ou respeitadas devido aos seus corpos negros, por isso desde cedo interiorizam o ideal de superioridade dos brancos (ANDRADE, 2005).

Fanon (2008) nos conta sabiamente como é ser negro em uma sociedade baseada e estruturada no racismo, em seu livro “Pele negra, máscaras brancas”, ele diz: “O preto é um animal, o preto é ruim, o preto é malvado, o preto é feio” (p.106). O autor (2008) questiona: “mas atenção, pois quem saberá me dizer o que é a beleza?” (p. 107).

O problema aqui colocado é o ideal de beleza a ser alcançado que segue o modelo do branco europeu. A beleza do negro, do indígena ou do oriental por exemplo, são tratadas como se não existissem e o valor dado ao branco segue como primordial.

Em Junho de 2016 o *site* de notícias BBC, encontramos um noticiário intitulado: *Bilhete de escola gera desabafo de mãe contra racismo: 'Não quero que minha história se repita com meus*

*filhos*⁶. O caso foi relatado por uma mãe que recebeu um bilhete escrito pela coordenadora da escola em que pedia para que ela prendesse o cabelo de seus filhos gêmeos, o escrito dizia:

Olá! Mamãe Débora, peço-lhe se possível aparar ou trançar o cabelinho dos meninos, eles são lindos, mais (sic) eu ficaria mais feliz com o cabelo deles mais baixo ou preso. Beijos, Fran.
(<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36584895>)

A mãe das crianças, ciente de que a ação foi racista chamou seu advogado para que fizessem uma reunião com a diretora e a coordenadora da escola. Na concepção das gestoras não houve preconceito algum e comentaram que o erro estava na forma como a mãe das crianças havia interpretado o bilhete.

Não temos conhecimento se a coordenadora mandou o mesmo bilhete para outros alunos que não tinham os cabelos crespos, porém a prática de se prender o cabelo com tal textura não é nova, existe como já citado o ideal de beleza a ser alcançado, o que segundo SILVA (1989) pode trazer o problema da inferiorização para os negros.

A inculcação do estereótipo inferiorizante visa a produzir uma rejeição ao seu próprio ser, ao seu padrão estético, bem como aos seus assemelhados. Por sua vez, a cultura e seus valores, uma vez inferiorizados tendem a ser rejeitados, pois passam a ser vistos pela ótica imposta do dominador como primitivos, inferiores ou “folclóricos” (SILVA, 1989, p.56).

Em meio à recusa de seu fenótipo e ao acolhimento do outro, o negro olha para sua aparência física com rejeição e tenta alcançar características do branco, por exemplo, alisando seu cabelo.

Malachias (2009) usa um termo “introjeção ideológica” em seu livro “cabelo bom, cabelo ruim!” que explica de forma objetiva o processo de embranquecimento que acontece com alguns negros. Ao mesmo tempo a autora coloca a situação em que negros alisavam seus cabelos não por falta de uma consciência do que achavam belo, mas para serem inseridos no mercado de trabalho, pois já carregavam o estigma de não terem capacidade de ocupar cargos de prestígio nas indústrias.

O cabelo crespo ainda pode ser visto, principalmente por mulheres, como um incômodo que por vezes traz dúvidas de como se posicionar, visto que o cabelo negro não possui lugar de destaque na beleza feminina nas mídias, porém seu cabelo crespo também ocupa um papel importante na identidade da mulher negra e é através dele que ela sente o resgate de sua beleza e individualidade enquanto afrodescendente (GOMES, 2003).

Segundo Hooks (2017), a representação é esteio fundamental na luta antirracista nas escolas e fora delas. Sabemos que existe o discurso sobre as diferenças que rondam os meios de comunicação, porém é importante nos mantermos atentos para a realidade, afinal sabemos que ainda que existam perceptíveis mudanças dificilmente vemos exemplos em que os indivíduos ocupem posições diferentes dentro dos sistemas sociais e partilhem ideias entre si, suas preocupações comuns no que se refere às práticas de ensino.

O ponto que aqui está sendo tratado é o da importância de “ocupar” espaços e cargos antes direcionados apenas para um grupo e que agora se encontram como mostra o seguinte trecho:

⁶ <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36584895>

No Brasil, o corpo negro ganha visibilidade social na tensão entre adaptar-se, revoltar-se ou superar o pensamento racista que toma o erótico, exótico e violento. Essa superação se dá mediante a publicização da questão racial como um direito, via práticas, projetos, ações políticas, cobrança do Estado e do mundo privado da presença da população negra na mídia, nos cursos superiores, na política, nos lugares de poder e decisão, na moda, na arte, entre muitos outros. A denúncia do racismo, a sua inserção como um crime inafiançável e imprescindível sujeito à pena de reclusão garantida na Constituição de 1988, a presença dos negros e negras na mídia, no mercado de trabalho e nas universidades fazem parte desse cenário de lutas (GOMES, 2017, p. 94).

É a partir dessas lutas e conquistas que os(as) negros(as) – mesmo com constantes conflitos sociais, culturais e identitários – estão em outro momento de sua história, em que a valorização da estética e da cultura agora são representadas como símbolo de sua identidade:

O corpo negro nos conta uma história de resistência constituída de denúncia, proposição intervenção, revalorização. É bom sempre lembrar que os avanços sociais e a desnaturalização da desigualdade racial e do racismo no Brasil, entendidos como parte das lutas sociais e da história de resistência caminham junto com a luta contra a ditadura, pela redemocratização da sociedade, contra o neoliberalismo e a globalização neoliberal. Nesse sentido não se trata de uma luta isolada, apesar de sua especificidade (GOMES, 2017, p.95).

É importante que não nos limitemos ao discurso apaixonado que ronda os meios de comunicação, pois a luta antirracista não é apenas estética, mas cultural, ideológica e epistêmica, sendo assim ela pode e interessa ser agregada ao espaço escolar, com intuito de este ser um ambiente plural e que converse com as diferenças que fazem da escola um ambiente de aprendizados.

Guimarães (2002) usa a definição de Charles Flynn, em que o insulto é "um ato, observação ou gesto que expressa uma opinião bastante negativa de uma pessoa ou grupo" (p.171) e o mantém em relações sociais de poder.

No estudo da formação de grupos socialmente execrados Norbert Elias e John Scotson (1994) propõem um ordenamento no modo como os grupos dominantes estigmatizam os dominados. Isso ocorre, lembram, quando tais grupos detêm efetivo poder de fazer crer a si e aos próprios execrados que tais estigmas são (ou podem ser) verdadeiros.

O primeiro modo de estigmatizar é a pobreza. Para utilizá-la, o grupo dominante precisa monopolizar as melhores posições sociais, em termos de poder, prestígio social e vantagens materiais. Apenas nesta situação, a pobreza pode, então, ser vista como decorrência da inferioridade natural dos excluídos. O segundo modo de estigmatizar é atribuir como características definidoras do outro grupo a anomia (a desorganização social e familiar) e a delinquência (o não cumprimento das leis). O

terceiro é atribuir ao outro grupo hábitos deficientes de limpeza e higiene. O quarto e último é tratar e ver os dominados como animais, quase-animais, ou não inteiramente pertencentes à ordem social. (GUIMARÃES, 2002, p. 172).

Baseando-se na ideia de que os insultos ao corpo negro mantêm uma posição de poder para o sujeito que o pratica, pensaremos na ideia da supremacia branca e europeia, em que somente sua cultura, fenótipo e costumes são socialmente aceitos como o certo ou o ideal a ser seguido.

Algumas Considerações

A função da escola deve ser a de proporcionar uma ruptura, no que tange aos valores e saberes que impendem que todos os(as) alunos(as) negros(as) atinjam com êxito seus propósitos. E, isso acaba não acontecendo, visto que alguns(as) enfrentam circunstâncias em que são inferiorizados(as), provocando assim, o desinteresse no ensino e aprendizagem. Vários estudos demonstram que o estudante que possui bom desempenho escolar e está integrado na escola fica menos vulnerável e mais protegido de problemas sociais.

Ao escrevermos este texto nos inquietou tais reflexões sobre a importância da integração dos(as) alunos(as) negra(os) no ambiente escolar, priorizando debates que evidenciem que a sua invisibilidade ainda perdura de forma pouco discutida e problematizada no âmbito da escola.

Levando em conta que o processo de construção da identidade do ser humano se dá não só individualmente, mas também por meio de grupos sociais, pensaremos na autoestima como processo que se concretiza através de experiências e da trajetória de alunos(as) negros(as), assim, precisa de atenção por parte da instituição escolar (SOUSA, 2005).

Têm-se a escola como um ambiente educador, pois então que seja ela para a vida, que possa em sua totalidade ser transformadora e também em seus detalhes construída com pequenos passos ou com grandes mudanças. A sociedade merece ter uma comunidade escolar que no seu cotidiano reconheça alunos e alunas negros, como sujeitos que devem ser respeitados e reconhecidos como negros(as) que são.

Referências

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. Construindo a autoestima da criança negra. In: MUNANGA, K. *Superando o Racismo na Escola*. 2ª ed. Brasília: Secad, 2005.

AQUINO, Julio Groppa. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: *Indisciplina na escola: Alternativas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.

ARAÚJO, C; RUSSO, Kelly. *As diferenças estão “bombando” na sala de aula: como professores do ensino fundamental do Rio de Janeiro identificam e lidam com as diferenças encontradas no espaço escolar*. Caxambu: Reunião Anual da ANPEd, GT: Didática, 2009.

AZEVEDO, Eliane. *Raça: conceito e preconceito*. SP: Ática, 1987.

BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARLOT, François. *A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam esta questão*. Sociologias. Porto Alegre, ano 4, n8, jul/dez 2002.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA. Tradução de Renato da Silveira, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. *Aletria: alteridades em questão*, Belo Horizonte, v.06, n.09, p.38-47, dez/2002.

_____. Educação, Identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, jan./jun. 2003.

_____; MUNANGA, Kabengele. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global 2006.

_____. *O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto. *O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação*. Dissertação de mestrado Belo Horizonte: UFMG, 1985.

GUIMARÃES, Antônio Alfredo Sérgio. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2ª ed. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LIMA, Inaldete Pires. Personagens negros: Um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: MUNANGA, Kabengele. *Superando o Racismo na Escola*. 2ª ed. Brasília: Secad, 2005.

MALACHIAS, Rosângela. *Cabelo bom. Cabelo ruim!*. 2ª ed. São Paulo: Terceira Margem, 2009.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação dos Palmares/OR Editor Produtor, 2002.

ODALIA, N. *O que é violência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

SILVA, Ana Célia da. Ideologia do embranquecimento. In: LUZ, Marco Aurélio (org). *Identidade negra e educação*. Salvador: Ianamá, 1989.

SILVA, Inayá Bittencourt e. *O racismo silencioso na escola pública*. Araraquara, SP: Junqueira e Marin, 2009.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula; SALLES, Leila Maria Ferreira. A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. *Educar em Revista*, Curitiba: Editora UFPR, n. especial 2, p. 217-232, 2010.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: *Ministério da Educação; SECADI*, 2005.

TURNER, Jonathan H. *Sociologia: conceitos e aplicações*. Makron Books, 1999.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: Uma perspectiva antropológica. In G. Velho & M. Alvito (Eds.), *Cidadania e violência* (pp.11-25) Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.